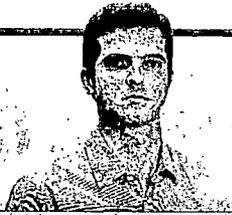


wogas@redgazeta.com.br Tel: 3321-8319

## PRAÇA OITO

Vitor Vogas



**Em Colatina, o governador PH mandou um recado ontem: "Precisamos abaixar a temperatura política do município. No último ano a política local se envenenou e isso não está fazendo bem à cidade".**

## Governo adia promessa para os Direitos Humanos

"Ah, desculpe. Confundi com trabalho escravo. Esse é outro imbróglio. Vamos montar equipes de vistorias em presídios"... E assim prossegue, ao telefone, o professor Julio Pompeu, atrás da mesa de seu gabinete, enquanto a coluna espera para entrevistá-lo sobre seus primeiros três meses à frente da inédita Coordenação de Direitos Humanos do Estado — espaço anunciado em maio, com status de prioridade do terceiro governo Paulo Hartung. Porém, não por culpa de Pompeu, o que era para ser um balanço acaba dando lugar a uma frustrante explicação.

Como se vê, Pompeu já está despachando, mas um detalhe destoa: o gabinete em questão não fica no Palácio da Fonte Grande, diretamente vinculado à vice-governadoria, conforme esperavam o professor e os movimentos de defesa dos direitos humanos. Em vez de assumir de imediato a prometida nova estrutura, ele acabou assumindo, ao menos temporariamente, o mesmo velho espaço reservado à área na administração estadual: a Subsecretaria de Direitos Humanos, ligada à Secretaria de Assistência Social.

Ou seja: passados mais de cem dias desde o anúncio, ainda não saiu do papel a aguardada Coordenação, "vendida" como espaço que elevará a novo patamar as políticas estaduais de direitos humanos. Aliás, nem sequer entrou no papel, pois o decreto que cria a estrutura ainda nem foi publicado no Diário Oficial do Estado.

Enquanto isso, na prática, tudo segue

como sempre esteve: de mãos atadas, Pompeu vai guardando posição como subsecretário, cargo em que não pode ir além de seguir tocando os três programas mantidos pelo Estado em convênio com a União: proteção a testemunhas, a defensores de direitos humanos ameaçados e a crianças submetidas à violência.

De fato, os três são da máxima importância e até explicam parcialmente o atraso. Por tais convênios, o governo federal repassa recursos ao Estado, que por sua vez os repassa a entidades parceiras responsáveis pela execução dos programas. Estes não podem ser interrompidos, sob pena de colocar em risco a vida das pessoas sob proteção do Estado.

Segundo Pompeu e o vice-governador César Colnago, quando anunciada a Coordenação, o processo relativo a dois desses convênios já havia sido iniciado junto ao governo federal, e o Estado corria o risco de perder os repasses caso o ordenador de despesas mudasse no meio da tramitação — no caso, Colnago passaria a responder no lugar da secretária de Assistência Social, Sueli Vidigal.

A demora pode até ser motivada por uma justa causa, mas não deixa de preo-

**"A decisão política foi tomada, mas faltou perguntar aos técnicos. E era melhor começar 'meia boca' que correr o risco de interromper políticas públicas"**

**JULIO POMPEU**  
(AINDA NÃO) COORDENADOR ESTADUAL DE DIREITOS HUMANOS

cupar. É preciso recordar que o desrespeito a direitos humanos foi justamente a maior mácula dos primeiros dois mandatos de Hartung (2003-2010), tanto no sistema penitenciário ("crise das masmoras") como no tratamento dispensado a movimentos de rua (repressão policial).

O prometido novo espaço, assim, também responde à visível adaptação que Hartung vem buscando implementar desde a campanha do "Paulo do abraço", a fim de humanizar tanto sua imagem como seu governo. Não por acaso, escalou uma referência quase incontestada para a missão de conduzir a nova pasta, sob a supervisão do seu vice, a quem também busca turbinar com a delegação de todas as ações que tenham um pé no social.

Em termos de ganhos políticos, não serve a ninguém no governo adiar as políticas públicas que podem ser implantadas a partir da Coordenação; em termos de interesse público, a delonga burocrática tampouco interessa à sociedade.

COORDENAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS



## Liberado há dois meses

Professor licenciado do curso de Direito da Ufes, Julio Pompeu obteve a licença do MEC há cerca de dois meses para assumir o posto para o qual foi nomeado no governo PH, à frente da Coordenação de Direitos Humanos, porém o decreto que cria o órgão ainda não saiu.

## Agora vai?

Sem esconder a ansiedade, Pompeu esperava que o decreto tivesse sido publicado em meados de agosto no Diário Oficial. Agora, garante que sairá na edição da próxima terça. "Entrave burocrático não há mais. Só se houver algum entrave político, o que é mais imprevisível que explosão na Vale", relativiza.

## Relação histórica

Nos primeiros dois governos de PH, a relação com movimentos sociais foi muito ruim, aliás inexistente, e até hoje eles se ressentem disso. O próprio Pompeu atesta: "De fato não foi muito boa. Não havia muito diálogo". Essas, inclusive, teriam sido as razões da recusa do primeiro nome sondado para a Coordenação, o da advogada Nara Borgo.

## Cortes na Serra

Em resposta à coluna de ontem, a presidente da Câmara da Serra, Neidía Pimentel, revela que, em setembro, a Casa vai debater projeto que reduz o limite de assessores por gabinete, hoje fixado em 15. "Com certeza vamos reduzir os cargos", assegura, sem precisar a quantidade.

## Menos assessores

Com isso, o número de assessores externos (hoje, até 10 por gabinete) também deve cair, pois, segundo Neidía, será mantido o mínimo de cinco assessores internos, sujeitos ao ponto, por gabinete.

## DEPOIMENTO À CPI

# Coutinho: "Lula não interferiu no BNDES"

**O presidente do banco negou ainda ter intermediado encontro para doações a Dilma**

BRASÍLIA

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, afirmou na CPI que investiga empréstimos do banco, ontem, que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva nunca interferiu nas operações da instituição em relação a projetos específicos.

"Posso afirmar que o presidente Lula jamais solicitou ou interferiu no BNDES, diante de mim como presidente ou de qualquer diretor, a respeito de

qualquer projeto específico", declarou.

Coutinho também negou ter encaminhado o dono da UTC, Ricardo Pessoa, ao tesoureiro da campanha da presidente Dilma Rousseff à reeleição no ano passado, o atual ministro Edinho Silva (Comunicação Social).

A informação constaria da delação de Pessoa, ainda sigilosa. O empreiteiro afirma que na conversa com Edinho houve pedido de doação vinculada a contratos na Petrobras. Coutinho deu outra versão.

"Não participei de financiamento de campanha. A reunião foi com o Ricardo



Luciano Coutinho esteve na CPI do BNDES ontem

## CAMPANHA

**"Não participei de financiamento de campanha. (...) Não o dirigi (Ricardo Pessoa, dono da UTC) a qualquer relação com o tesoureiro Edinho (Silva)"**

**LUCIANO COUTINHO**  
PRESIDENTE DO BNDES

Pessoa e outros integrantes de Viracopos para a conclusão do projeto do aeroporto e equacionamento do projeto, nada tendo a ver

com contribuição a campanha. Não o dirigi a qualquer relação com o tesoureiro Edinho", afirmou.

## EMPRESAS

Ele ainda acrescentou que as empresas envolvidas na Operação Lava Jato tiveram sua classificação de risco (rating) alterada nas operações do banco de fomento por conta das denúncias que vieram a público.

"Não podemos julgar (as empresas) inidôneas antes que a Justiça o faça, mas obviamente, por dever de cautela, temos que rever as condições cadastrais e econômico-financeiras."

# Política.



**Temer desafia o TSE**

Ao comentar a decisão da Justiça Eleitoral de reabrir ação para apurar as contas da chapa que o elegeu vice-presidente, Michel Temer foi enfático: "Não vão achar nada". Pág. 24

EDITOR:  
**EDUARDO FACHETTI**  
efachetti@redgazeta.com.br  
Tel.: 3321.8332  
agazeta.com.br/politica

3 gazetapolitica

## A SERRA EM CRISE

# TERRENOS DE UTILIDADE PÚBLICA SERÃO VENDIDOS

Prefeitura quer arrecadar R\$ 18,7 milhões ao se desfazer de áreas

VINÍCIUS VALFRE  
vpereira@redgazeta.com.br

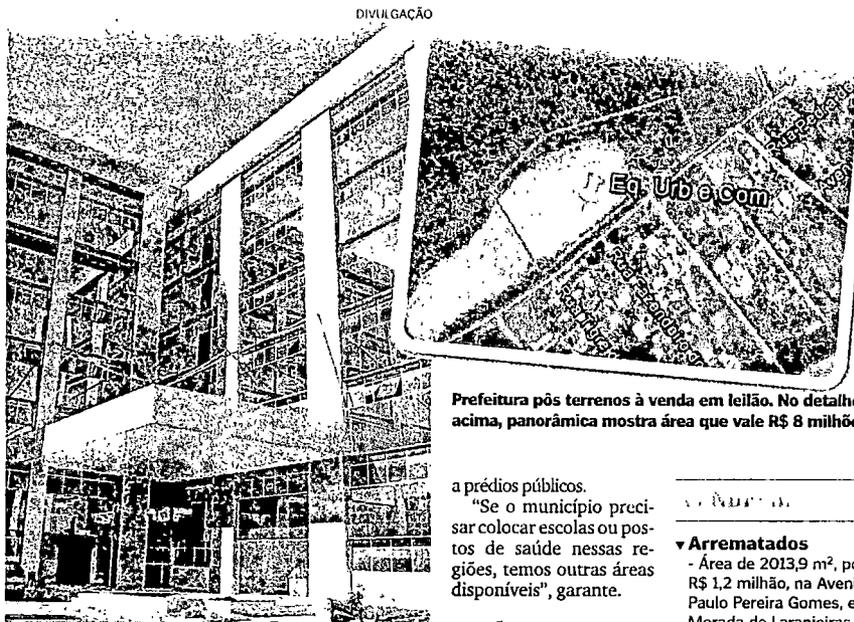
Sabe-se que a crise não está fácil para ninguém, nem para prefeituras. Além de exonerar comissionados e enxugar despesas, a Prefeitura da Serra decidiu colocar, neste mês, dez terrenos próprios à venda. Os espaços eram reservados para receber equipamentos públicos, como escolas e unidades de saúde, mas estavam ociosos.

Com as vendas, a administração pretende fazer entrar nos cofres municipais, pelo menos, R\$ 18,7 milhões. Além disso, espera deixar de gastar com limpeza periódica dos terrenos e vigilância. O município também conta com a arrecadação de impostos aplicados sobre os futuros imóveis construídos nessas áreas como um ponto positivo.

"Qualquer fonte de receita não pode ser desprezada, são bem-vindas. Hoje, mais ainda. Mais do que isso, estamos colocando áreas para serem utilizadas com comércio. Não gastaremos com manutenção e ainda arrecadaremos", frisou o secretário municipal de Administração, Cláudio Mello.

Ele afirmou, também, que a prefeitura estuda desfazer-se dos terrenos há quase dois anos. Um técnico foi contratado para calcular o valor dos imóveis. Para estabelecer os valores, os números foram confrontados com os de técnicos da Serra.

Os imóveis têm entre 1 mil m<sup>2</sup> e 27,5 mil m<sup>2</sup> e custam entre R\$ 641 mil a R\$ 8 milhões. São localizados em regiões como Civit I, às



Prefeitura põe terrenos à venda em leilão. No detalhe acima, panorâmica mostra área que vale R\$ 8 milhões

a prédios públicos.

"Se o município precisar colocar escolas ou postos de saúde nessas regiões, temos outras áreas disponíveis", garante.

### LEILÃO

O leilão para a venda dos terrenos foi marcado para o último dia 4. No entanto, dos dez lotes postos em leilão, só dois atraíram compradores. Mello diz que a prefeitura deve relançar o edital em setembro.

O secretário destacou que a legislação determina que os recursos provenientes desses leilões não podem ser destinados a gastos com pessoal—ou seja, será dinheiro "novo" apenas para investimentos. A verba servirá para alavancar 22 obras consideradas prioritárias, entre creches, escolas e drenagem e pavimentação de bairros.

## Vereadores autorizaram as vendas

A Câmara de Vereadores da Serra aprovou a chamada "desafetação" dos dez terrenos negociados pela administração de Audifax Barcelos (PSB). A votação, unânime, aconteceu em 12 de novembro de 2014. Somente com o aval do Legislativo as áreas poderiam ser levadas a leilão.

O presidente da Câmara, na época, era Guto Lorenzoni (PP). "São áreas que não serviriam para construção de postos de saúde, escolas e CRAS. Além do mais, (a venda) é uma fonte de receita para o Executivo", ponderou.

Gideão Svensson (PR) se diz arrependido de ter votado a favor. "O projeto foi empurrado goela abaixo. Acho que não deveriam vender. As áreas tinham de ser mantidas para futuros equipamentos públicos", diz.

O projeto enviado em caráter de urgência especial por Audifax, na ocasião, sugeria a venda dos imóveis para não dar margem a "uso inadequado e invasões".

### ORIGEM

A maior parte dos terrenos negociados tomaram-se propriedade da Serra ao longo do início dos anos 2000. É que a legislação determina que 5% das áreas superiores a 15 mil m<sup>2</sup> adquiridas por empreendimentos sejam cedidas à prefeitura.

### RECEITA

*"Qualquer fonte de receita não pode ser desprezada, são bem-vindas. Hoje, mais ainda. Não gastaremos com manutenção e ainda arrecadaremos"*

**CLÁUDIO MELLO**  
SECRETÁRIO DE  
ADMINISTRAÇÃO

margens da Avenida Paulo Pereira Gomes, em Morada de Laranjeiras, e da Avenida Bicanga, em Manguinhos.

"Eles não tinham previsão de utilização para receber equipamentos públicos para 15 ou 20 anos. Ouvimos nossos técnicos da Educação, da Saúde e do Meio Ambiente para isso", justificou o secretário.

Entre as áreas negociadas, algumas próximas a imóveis residenciais, como uma de 1,1 mil m<sup>2</sup>, em Laranjeiras, está à venda por R\$ 1,1 milhão. Mesmo assim, o secretário considera acertada a decisão de tirar delas o rótulo de reservadas